


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0015051-56.2010.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**  
 Embargante: **M G Refrigeração e Ar Condicionado Ltda Me**  
 Embargado: **Banco Itaú Sa**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**VISTOS**

**M.G. REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO LTDA** opôs os presentes **EMBARGOS À EXECUÇÃO** que lhe move **BANCO ITAÚ S/A**, alegando estar sendo cobrado em um processo de execução (nº1221/10), pelo valor de R\$29.831,15, decorrente de contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente. Alegou que o embargado não trouxe os extratos decorrentes do contrato pactuado aos autos e os demonstrativos contábeis das operações que deram causa ao valor cobrado, e também, inclusive interpôs Ação de Medida Cautelar de Exibição de Documentos (nº1351/10 - 2ª Vara Cível) na busca da documentação relacionada ao contrato, para realizar os cálculos e demonstrar os juros abusivos. Diante o exposto, requereu, liminarmente, a antecipação de tutela a fim de que seja retirado o nome da empresa do rol dos maus pagadores. Por fim, pediu o acolhimento dos embargos para operar a revisão integral da relação contratual. Juntou documentos às fls.21/63.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Devidamente citado, o embargado impugnou as alegações, sustentando em síntese que: 1) a exibição dos extratos da conta corrente é de amplo acesso aos Embargantes, podendo a qualquer momento retirá-los no caixa eletrônico ou pela internet; 2) O Embargado pode emitir os extratos novamente, mas isso corresponde a serviço e não a exibição de documentos; 3) os Embargantes não comprovam qualquer irregularidade na cobrança das taxas ou dos juros contratados; 4) os valores apresentados na inicial de execução estão atualizados conforme pactuado; 5) foi pactuado entre as partes uma relação de insumo e por isso não há o que se falar em aplicação do Código de Defesa do Consumidor; 6) os juros estão fixados na avença e não violar qualquer texto legal; não houve cobrança de comissão de permanência. Requereu a rejeição dos embargos e a condenação dos embargantes no pagamento de verbas oriundas da sucumbência e demais despesas.

Pelo despacho de fls. 92, foi determinada a realização de perícia técnica contábil. O laudo foi encartado às fls. 155/190. Houve manifestação do Banco embargado às fls. 200 e o embargante se manifestou às fls. 235/236.

Pelo despacho de fls. 238 as partes foram instadas a produzir provas. O Banco Embargado pediu o depoimento pessoal dos Embargantes e oitiva de testemunhas. Os Embargantes permaneceram inertes.

Pelo despacho de fls. 241 foi declarada encerrada a instrução. Os embargantes apresentaram alegações finais às fls. 242/245 e o Banco Embargado se manifestou às fls. 249/258.

Houve esclarecimentos do perito às fls. 260/261 e 271/272. Houve manifestação das partes.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****É o relatório.****DECIDO.**

É objeto de execução uma Cédula de Crédito Bancário (LIS LIMITE ITAÚ PARA SAQUE PJ – PRÉ N. 11173-48400356027) emitida em 09/01/08 com vencimento marcado para 27/02 do mesmo ano (cf. fls. 25).

O Banco liberou na conta dos embargantes R\$ 5.000,00 e estes, consoante os extratos carreados, não mantiveram naquela, saldo disponível para acolher os débitos desrespeitando a cláusula 51 da avença (v. fls. 25, “in fine”).

A renovação, por outro lado, veio especificada na cláusula 9 da sobredita avença (fls. 26), cabendo ressaltar que pela embargante não foi carreada a notificação a que se refere a cláusula 9.2; assim, o Banco aplicou o disposto na Cláusula 9.4.1, até porque os extratos indicam que a correntista continuou utilizado a quantia.

Embora não negue ser “devedora”, pretende a embargante ver recalculado seu débito de acordo com aquilo que entende legítimo e adequado a parâmetros estabelecidos, ficando desobrigada de pagar valor pretendido pelo exequente.

Todavia, razão não lhe assiste.

Como já dito, é objeto de análise a Cédula de Crédito Bancário – Abertura de Crédito em Conta Corrente – LIS LIMITE ITAÚ PARA SAQUE – PJ – PRÉ nº 11173-78400356027, firmada pelas partes em 09/01/2008.

Não se pode dizer que a fixação da taxa de juros ficou apenas ao



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

talante da ré e que houve capitalização.

O contrato, carreado a fls. 25 e ss, estabeleceu o valor a ser pago a título de encargos, com o que, aliás, concordou a autora quando assinou a avença.

De outro lado, não há que se falar em juros ilegais ou extorsivos (alegação lançada de maneira vaga).

No plano constitucional, o artigo invocado não possui autoaplicabilidade, entendimento este do E. Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: - DIREITO CONSTITUCIONAL. MANDADO DE INJUNÇÃO. TAXA DE JUROS REAIS: LIMITE DE 12% AO ANO. ARTIGOS 5º, INCISO LXXI, E 192, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. Em face do que ficou decidido pelo Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI nº 4, o limite de 12% ao ano, previsto, para os juros reais, pelo § 3º do art. 192 da Constituição Federal, depende da aprovação da Lei regulamentadora do Sistema Financeiro Nacional, a que se refere o "caput" do mesmo dispositivo. 2. Estando caracterizada a mora do Poder Legislativo, defere-se, em parte, o Mandado de Injunção, para se determinar ao Congresso Nacional que elabore tal Lei. 3. O deferimento é parcial porque não pode esta Corte impor, em ato próprio, a adoção de tal taxa, nos contratos de interesse dos impetrantes ou de quaisquer outros interessados, que se encontrem na mesma situação. 4. Precedentes. **(MI 611/SP, julgado em 21/08/2002, de relatoria do Min. Sydney Sanches).**

No plano infraconstitucional os juros contratuais ou às taxas


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

máxima, expressões equivalentes à **comissão de permanência**, não ficaram subordinados às disposições do decreto 22.626/33, uma vez que, desde a vigência da Lei 4595, passou a ser competência do Conselho Monetário Nacional disciplinar as taxas de juros e outras remunerações dos serviços bancário (Súmula 596 do STF; LEX 121/64; 125/87; 125/139; 119/159).

Para lançar uma pá de cal sobre a questão que remete à extensão dos juros cobrados pelas instituições financeiras, em 20 de junho de 2008 foi publicada no DOU a **Súmula Vinculante nº 07 do Supremo Tribunal Federal**, revelando que *“a norma do §3º do artigo 192 da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar”*.

Calha lembrar, outrossim, a súmula 596 do Egrégio Supremo Tribunal Federal: “As disposições do Decreto 22.626 de 1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o Sistema Financeiro Nacional”.

\* \* \*

Por outro lado, é importante ressaltar que o tema, que envolve a legalidade da capitalização de juros remete à data da contratação, vale dizer, impõe indispensável verificar se os contratos foram firmados entre as partes antes ou após a Edição da Medida Provisória nº 1.963-17, de **30/03/2000**.

No caso sub examine, a contratação que interessa ao desate da controvérsia ocorreu inteiramente após a edição da Medida Provisória (o contrato foi firmado em 09/01/2008 - fls. 25) o que torna possível a **capitalização de juros**.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Tal medida provisória foi reeditada na de nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001 e esta em seu art. 5º, caput, passou a autorizar a capitalização dos juros cobrados pelas instituições financeiras, nos seguintes termos: "Nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, é admissível a capitalização de juros com a periodicidade inferior a um ano".

Essa Medida Provisória, por força do art. 2ª da Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001, vigorará com força de lei até que a medida provisória ulterior a revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.

Nesse sentido é a decisão do MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Relator no RESP n. 1.171.133, STJ:

Com relação à capitalização, a 2ª Seção, ao apreciar o REsp n. 602.068/RS, entendeu que somente nos contratos firmados após 31.03.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17, revigorada pela MP n. 2.170-36, em vigência graças ao art. 2º da Emenda Constitucional n. 32/2001, é admissível a capitalização dos juros em período inferior a um ano. Acresça-se que é inaplicável aos contratos firmados com as entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional a periodicidade estabelecida no art. 591 do novo Código Civil, porquanto sujeita ao art. 5º das citadas Medidas Provisórias, que possui caráter de lei especial (3ª Turma, Resp n. 821.357/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, por maioria, julgado em 23.08.2007; 4ª Turma, AgR-REsp n. 714.510/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, unânime, DJU de 22.08.2005; e Resp n. 890.460/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, unânime, julgado em 18.12.2007).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Especificamente sobre o tema cabe citar o seguinte aresto, relativo a caso análogo desta Vara: Apel. nº 7.105.422-5, julgado em 14/02 do corrente pela 17ª Câm. de D. Privado do TJSP, cuja ementa é a seguinte:

Juros – Contrato bancário – incidência da Lei n. 4595/64, da qual resulta não mais existir para as instituições financeiras a restrição constante da Lei de Usura, devendo prevalecer o entendimento consagrado na Súmula nº. 596 do Supremo Tribunal Federal, obedecida à taxa média de mercado - Recurso Provido. JUROS - Anatocismo - instituições financeiras - Circunstância em que não está evidenciada a prática de juros capitalizados por parte do apelado - Consideração de que mesmo se o anatocismo estivesse evidenciado, este não seria irregular, pois seria aplicável ao caso dos autos a Medida Provisória nº. 1.963-17/2000 (reeditada sob o nº. 2.170/36), que admite a capitalização mensal dos juros nos contratos bancários celebrados após a sua vigência - no caso dos autos, sendo o contrato firmado em data anterior, não há que se falar em autorização para capitalização, mas em inexistência de capitalização ilegal - Recurso Provido. AGRAVO RETIDO - não reiterados os seus termos, nas razões de apelação - por outro lado, proferido julgamento que favorece o agravante, sendo desnecessária a complementação da perícia - Agravo Prejudicado. - APELAÇÃO Nº 7.105.422-5, da Comarca de SÃO CARLOS, sendo apelante BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S./A. e apelado EZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Também é de rigor ressaltar a impossibilidade do debate sobre possíveis dívidas anteriores (não especificadas, saliento) já que eventual questionamento do montante confessado somente poderia ter sido objeto de discordância antes da constituição da nova dívida; os contratos anteriores, por força da confissão, não mais podem ser questionados.

Por fim, consoante demonstrado pelo perito, de fevereiro de 2008 a maio de 2009 a embargante operou com saldos médios devedores gerando R\$ 26.248,20 negativos, transferidos para liquidação em cobrança (a respeito cf. fls. 163, quesito 08 e 162, quesito 5).

De qualquer maneira como o perito apurou que a instituição “excedeu ao lançar na conta encargos de outro empréstimo (v. fls. 167 com destaque meu) gerando 25,45% de diferença a favor do correntista, ou mais especificamente R\$ 9.591,36 (para 26/05/2010) “é de rigor que seja determinado o abatimento de tal “quantum” da cobrança, quando tiver ela seguimento.

Portanto, apenas para exclusão dos consectários indevidos é que a revisional merece acolhida.

\*\*\*\*

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **ACOLHO PARCIALMENTE** o pleito inicial para o fim de excluir da cobrança o montante de R\$ 9.591,36 (para 26/05/2010).

Deixo de acolher os demais pedidos, nos moldes acima delineados.

Diante da sucumbência quase total, a embargante pagará as





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

custas e arcará com os honorários do patrono do embargado que fixo em R\$ 1.500,00. Os honorários definitivos do perito já foram abitrados em R\$ 2.200,00 conforme fls. 213 e já foram depositados, cf. depósitos de fls. 98, 109, 118, 125, 212, 220 e 226.

P.R.I.

São Carlos, 26 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**